

03 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

TJ suspende emenda sobre prestação de contas em Londrina

Edson Ferreira

Reportagem Local

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná derrubou emenda à Lei Orgânica de Londrina que obrigava o prefeito a enviar prestação de contas mensalmente para a Câmara de Vereadores. A proposta, de autoria do então vereador Joel Garcia (PP), foi aprovada e promulgada pelo Legislativo há um ano.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) com pedido de liminar apresentada pelo Executivo sustenta que a emenda "estabeleceu uma nova atribuição ao prefeito, para o controle externo das contas" e que "o Poder Legislativo tem o dever constitucional de fiscalizar o Poder Executivo, mas não pode exercer esta função de forma absoluta ou ilimitada".

O pedido da prefeitura foi acatado por unanimidade pelo Órgão Especial do TJ e, segundo o relator, desembargador Carvilio da Silveira Filho, a mudança na lei é desnecessária, pois os dados "podem ser solicitados diretamente pelo Legislativo Municipal, sem necessidade

de edição de lei específica ou atribuição desta função ao prefeito". O mérito ainda será analisado.

Na início da tramitação da matéria na Câmara, o texto ainda previa que o não cumprimento da lei implicaria em infração político-administrativa do prefeito. O artigo foi retirado mais tarde. Ontem a FOLHA procurou a Câmara, mas o procurador Régis Belizário disse que vai se manifestar apenas depois de ser notificado da decisão do TJ.

03 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Ex-secretária é condenada por 'livros racistas'

Juiz determina a devolução do
dinheiro gasto na compra;
defesa ainda pode recorrer

Loriane Comeli
Reportagem Local

A ex-secretária municipal de Educação de Londrina Karin Sabec foi condenada por improbidade administrativa pela compra de 13,5 mil livros da coleção "Vivenciando a Cultura Afrobrasileira e Indígena" em dezembro de 2010, no segundo ano da gestão do ex-prefeito Barbosa Neto (PDT). Os livros, adquiridos da Editora Ética, também ré na ação, custaram R\$ 621 mil.

Na sentença publicada ontem, o juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Emil Tomás Gonçalves, determina que Karin devolva integralmente o dinheiro gasto na compra, a suspensão dos direitos políticos por cinco anos, a proibição de contratar com o poder público e a perda da função pública. As punições somente serão aplicadas quando o processo transitar em julgado, ou seja, quando não houver mais possibilidade de recursos. A ex-secretária foi isentada do pagamento de multa civil porque, para o juiz, o ressarcimento é suficiente, especialmente por não ter havido enriquecimento ilícito. A Editora Ética não foi condenada, inclusive por pedido do Ministério Público (MP), já que não houve indícios de improbidade dos representantes da empresa.

A ação de improbidade administrativa foi movida em outubro de 2011 pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, depois que Promotoria de Defesa dos Direitos Constitucionais recomendou o recolhimento dos livros, considerados racistas por entidades que militam no campo de igualdade racial, como o Fórum das Entidades Negras de Londrina (Fenel), e por professores da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

O Patrimônio Público argumentou que havia no mercado dezenas de outros livros que tratavam do mesmo conteúdo - cultura indígena e afrobrasileira, mas, mesmo assim, a Secretaria de Educação optou por não fazer licitação, afirmando que somente aqueles livros poderiam atender as necessidades da administração. Posteriormente, porém, o material não pôde ser utilizado e acabou recolhido. Para o juiz, ficou clara a irregularidade quando a secretária não apresentou justificativa para a inexigibilidade de licitação. "Não é possível concluir, logicamente, que era inviável a concorrência pública para a aquisição de obras", escreveu o magistrado.

Em sua defesa, Karin alegou no processo que havia escolhido outra coleção (História da

Cultura Afrobrasileira e Indígena), o que, para o juiz, não a exime de responsabilidade. "É irrelevante a discussão acerca do suposto equívoco quanto à obra que se pretendia adquirir, pois igualmente ausente a justificativa exigida por lei para a outra obra (que seria a realmente pretendida) e, aliás, até reforça a conclusão sobre a existência de mais de uma obra similar no mercado."

Como cada livro custou R\$ 46 aos cofres municipais, o MP apontou possível superfaturamento das obras. Orçamentos anexados ao processo demonstram que obras similares eram vendidas por valores entre R\$ 24,50 e R\$ 28,60. Mas a tese não foi acolhida pelo juiz, argumentando que são obras similares (e não idênticas) e que não foram produzidas por valores além dos orçamentos anexados pelo MP.

CONTINUA

03 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

A ex-secretária também se defende afirmando que o procedimento de compra foi feito pela Secretaria de Gestão Pública, argumento também rechaçado pelo magistrado. "Sua participação, consciente e voluntária, é inequívoca diante da prova produzida nos autos. (...) e, mesmo alegando que a ordem teria vindo do então prefeito, não há qualquer alegação ou indício de que tenha agido sob coação."

Mais à frente, a partir de junho de 2012, Karin iria denunciar um esquema de fraudes em licitações na Secretaria de Educação que envolvia o ex-prefeito e ex-secretários. Da delação, resultaram investigações no âmbito criminal acerca dos "livros racistas" e da compra de uniformes para os anos letivos de 2011 e 2012. Karin também responde duas outras ações por improbidade (a compra de uniformes e licitação para aquisição de material escolar).

A promotora Leila Voltarelli, autora da ação ao lado do promotor Renato de Lima Castro, disse que não foi intimada da sentença. O advogado de Karin, Daniel Sabec Viana, também não comentou a decisão, sobre a qual cabe recurso. "Ainda não fui intimado e não tenho conhecimento do teor."



Karin Sabec, que disputou uma cadeira de vereadora no ano passado, pode perder os direitos políticos

03 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Acesso liberado

Após a repercussão negativa de uma reunião a portas fechadas, o presidente da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), disse que o encontro dos deputados estaduais com o secretário estadual de Planejamento, Cassio Taniguchi (DEM), será aberto a todos os parlamentares e à imprensa. Na reunião, hoje, ele vai explicar os detalhes do Programa "Tudo Aqui", cuja licitação será feita no próximo dia 25 de abril, ao custo máximo de R\$ 2,9 bilhões.

A contragosto

O líder de Beto Richa na Assembleia Legislativa, Ademar Traiano (PSDB), não engoliu bem a notícia que a reunião de Taniguchi com os deputados estaduais será aberta também para os membros da oposição e para a imprensa. "Não vou me opor ao presidente, mas do outro jeito é mais produtivo, o parlamentar tem mais liberdade", disse Traiano. Nas últimas duas semanas, Traiano tratou de barrar pedidos de convite e convocação para que Taniguchi se explicasse no plenário, e duas solicitações de informação ao governo do Paraná.

Ignorância

Diante da terceira semana seguida de críticas ao Programa "Tudo Aqui", Ademar Traiano diz que o governo do Paraná é transparente, que "não tem nada a esconder". O líder da base aliada na Assembleia Legislativa atribui aos deputados do PT a série de críticas contra a Parceria Público-Privada que quer terceirizar a prestação de 171 serviços públicos no Estado. "Para o PT, em Brasília, PPP vale. No Paraná, não. A ignorância dos deputados do PT impediu que eles tivessem acesso aos meios de comunicação em que as audiências públicas foram divulgadas", lascou o tucano, referindo-se aos questionamentos de pouca publicidade na licitação.

Via judicial

O líder da oposição, Tadeu Veneri (PT), disse que ingressará ainda nessa semana com um pedido judicial para ter acesso a informações sobre o Programa "Tudo Aqui". Ele havia requisitado ao plenário da Assembleia Legislativa do Paraná apoio na solicitação de cópia do processo, das atas das audiências públicas e do cálculo que resultou na rubrica de R\$ 2,9 bilhões. Contudo, os pedidos foram bloqueados pela base de apoio. "O mais racional é cancelar o edital. O Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas não podem aceitar que o Estado faça um determinado tipo de despesa sem que ele diga como essas despesas estão sendo constituídas", argumentou o petista.

03 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Investigadores voltam a cuidar de presos em distritos

Contrato temporário com agentes carcerários terminou no domingo e setor ficou desguarnecido

Danilo Marconi
Reportagem Local

Londrina – Os investigadores lotados nos distritos londrinenses que mantêm carceragens ativas voltaram à função de cuidar de presos nesta semana, o que representa desvio de função. O contrato temporário que a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos mantinha com agentes carcerários encerrou-se no último domingo e o setor ficou desguarnecido.

Desde o início da semana os presos são vigiados por policiais civis, que se dividem em turnos nos distritos policiais.

O 4º DP, construído para abrigar 24 homens, estava ontem com 120 presos provisórios. No 5º DP, idealizado para a mesma capacidade, abrigava 115.

“É um claro desvio de função que traz prejuízos não só

aos policiais, mas à população em geral já que as investigações ficam comprometidas”, criticou o presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Londrina e Região (Sindipol), Ademilson Batista.

Para piorar a situação, a assessoria de imprensa da Secretaria Estadual de Justiça (Seju) informou que a pasta não deve assumir guarda compartilhada no 4º e 5º distritos. De acordo com a assessoria, não há “nenhum estudo” sobre o assunto e o planejamento estabelecido segue aquele definido pelo decreto 4.999.

O decreto, que ainda não foi assinado, estabelece guardas compartilhadas em várias carceragens de distritos no Paraná. A Seju entraria com mão de obra para cuidar de detentos e a Secretaria de Segurança Pública (Sesp) ficaria com os trabalhos investigativo e administrativo. Mais

de mil agentes de cadeia chegaram a ser contratados por meio de concurso público, porém nenhum foi destinado aos distritos de Londrina.

O Sindipol pode ingressar com recurso judicial caso os investigadores continuem em desvio de função. “Isso é um absurdo total. A Seju não está cumprindo a retirada semanal de 15 presos dos distritos, medida que deixa o sistema superlotado. Há promessa de envio de novos carcereiros, mas se não resolverem iremos fazer um manifesto, quem sabe mobilizar policiais para não aceitarem mais presos. Pensamos até entrar com algum processo para interditar os distritos”, disse Batista.

A Sesp, por meio da assessoria, informou que negocia o repasse de agentes de cadeia junto à Seju. No entanto, até ontem não havia prazo estabelecido.

03 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

MP-RS denuncia quatro por homicídio na boate Kiss

Gabriela Vieira e
Ricardo Carvalho
Agência Estado

São Paulo - O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul anunciou ontem que denuncia formalmente quatro pessoas por homicídio com dolo eventual no caso da tragédia da boate Kiss, em Santa Maria. São elas: Marcelo de Jesus dos Santos, vocalista da banda Gurizada Fandangueira, Luciano Augusto Bonilha Leão, produtor do grupo musical, Elissandro Callegaro Spohr e Mauro Londero Hoffman, ambos donos da boate Kiss.

Em janeiro, o fogo provocado por uma faísca liberada por artefato pirotécnico durante show da banda Gurizada Fandangueira, em contato com a espuma do revestimento acústico da boate, liberou gases tóxicos que asfixiaram as vítimas, segundo inquérito concluído pela Polícia Civil do Estado.

Os qualificadores do homicídio, segundo o promotor Joel Dutra, são uso de meio cruel (asfixia) e motivo torpe (arrecadação). A promotoria argumenta que os donos e os integrantes da banda Guriza-

da Fandangueira agora denunciados abriram mão de medidas de segurança visando maior lucro.

Também foram denunciadas outras quatro pessoas, mas por crimes praticados durante a investigação. Os bombeiros Gerson da Rosa Pereira e Renan Severo Berleze foram denunciados por fraude processual. A promotoria alega que ambos incluíram depoimentos sobre o alvará de funcionamento da Kiss na pasta das investigações.

Elton Cristiano Uroda (ex-sócio da boate) e o contador Volmir Astor Panzer foram denunciados por falso testemunho. No total, o MP denunciou oito pessoas no caso.

Antes de anunciar os nomes, o promotor David Medina havia explicado as razões que levaram o MP a considerar o caso dos donos da boate e dos integrantes da banda como homicídio com dolo eventual.

"Havia uso de fogo num local completamente inadequado para o uso de fogo. Qualquer tipo de chama ali lançado era por si só um risco. Havia uma espuma altamente inflamável utilizada no reves-

timento", disse. "Havia mais: a Kiss era um verdadeiro labirinto. Estava superlotada, não tinha indicação adequada da saída."

Para Medina, essas circunstâncias "não permitem outra coisa que não seja dolo eventual. Eles (os denunciados) assumiram o risco de produzir o resultado."

O fogo provocado por uma faísca liberada por artefato pirotécnico durante show da banda Gurizada Fandangueira, em contato com a espuma do revestimento acústico da boate, liberou gases tóxicos que asfixiaram as vítimas, segundo inquérito concluído pela Polícia Civil do Estado.

Concluído no final de março, o inquérito responsabilizou 28 pessoas, direta ou indiretamente, pelo incêndio na boate Kiss. Dessas, 16 foram indiciadas criminalmente, incluindo os donos da boate, integrantes da banda que fazia show e bombeiros que visitaram o local.

O inquérito também relaciona outras 12 pessoas, como outros bombeiros, secretários municipais e o prefeito de Santa Maria, Cezar Schirmer, por indícios de prática de crimes ou irregularidades.

03 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Promotor pede sequestro de bens ligados à construtora

Fábio Galiotto

Reportagem Local

O promotor de Defesa do Consumidor em Londrina, Miguel Sogaia, protocolou ontem uma ação cautelar na Justiça para pedir o sequestro e arresto de bens de seis pessoas ligadas à construtora Iguazu do Brasil. A medida é preventiva e busca assegurar a possibilidade de ressarcimento financeiro de clientes da empresa, investigada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) por falsidade ideológica, formação de quadrilha e estelionato na venda de empreendimentos residenciais na cidade.

São alvos da liminar o ex-prefeito de Mandaguari Carlos Alberto Campos de Oliveira, apontado como dono da Iguazu, o casal formado pelo caseiro e pela empregada dele, que são formalmente os proprietários, e mais três funcionários da construtora. O inquérito foi instaurado a partir de denúncias de

pessoas que venderam terrenos e que compraram imóveis da Iguazu. O Gaeco apurou que não havia licença de loteamentos para alguns empreendimentos na prefeitura, que áreas não estavam em nome da empresa e que os responsáveis no papel pela construtora eram, aparentemente, laranjas.

Sogaia afirma que a liminar visa declarar a indisponibilidade de imóveis, veículos, saldos bancários e de cotas acionárias da Iguazu para transferência a outras pessoas. Por isso, a ação pretende que a Justiça acione cartórios de Londrina e de Maringá, o Departamento Estadual de Trânsito (Detran), o Banco Central e a Junta Comercial.

Ainda, a promotoria quer que a Justiça determine a suspensão de novas vendas por parte da Iguazu em até 48 horas. Depois, Sogaia terá 30 dias para instaurar uma ação civil pública para pedir o ressarcimento ou a conclusão do que foi prometido no contrato de ao menos 12

condomínios em Londrina. Ele lembra que os clientes da construtora podem ir à Justiça individualmente. "As pessoas podem procurar advogados para ingressar com ação rescisória, anulatória ou buscar a indenização. O Ministério Público entra com essa ação cautelar no âmbito coletivo", diz.

Casal é solto

A Justiça revogou na noite de anteontem as prisões da mulher que se apresentou como empregada de Oliveira e do ex-marido, que se diz caseiro do empresário. Os dois foram presos na manhã do mesmo dia, em Mandaguari, como donos da Iguazu, mas disseram que assinavam documentos, sem ler, a pedido do patrão. O delegado do Gaeco, Alan Flore, afirma que os dois provavelmente eram laranjas. "Entendemos que a necessidade da prisão não existia mais e pedimos a revogação, porque são pessoas que foram manipuladas", diz Flore.

03 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Jovens na criminalidade

Promover ações preventivas contra o uso de drogas são fundamentais para diminuir a participação de jovens na criminalidade

A criminalidade é um dos problemas sociais mais preocupantes entre a população brasileira, afetando principalmente a qualidade de vida das pessoas que vivem nas médias e grandes cidades. Diariamente, relatos de roubos, violência física e assassinatos estão presentes em noticiários de televisão, jornais, rádios e revistas. Infelizmente, não são raras as notícias de participação de adolescentes em crimes que acabam chocando a sociedade. É o caso do latrocínio que resultou na morte do empresário José Luiz de Souza, semana passada, em Londrina. Duas jovens teriam participado do roubo.

Reportagem da FOLHA, publicada ontem, discutiu o aumento da presença de meninas na criminalidade. A matéria trouxe um levantamento da Delegacia de Homicídios revelando crescimento de 51,6% nas apreensões de adolescentes do sexo feminino em Londrina. Em 2011 foram abertos 89 procedimentos envolvendo

garotas, número que saltou para 135 no ano seguinte.

Na opinião de autoridades ligadas à área da segurança pública, o ingresso das adolescentes na crimi-

nalidade está relacionado ao consumo de drogas. Primeiro elas são aliciadas e depois passam a traficar e a se envolver em ocorrências policiais.

Entender o que leva uma criança ou jovem a entrar para o mundo do crime é importante e muitos estudiosos sinalizam alguns fatores que originam o problema. O desajustamento familiar é um dos motivos mais apontados, pois acaba gerando costumes inadequados e distorção de valores. Daí à delinquência é um passo.

Os bons exemplos e a formação de caráter vêm da família. Voltar as atenções para ela, promover ações preventivas contra o uso de drogas na infância e adolescência são pontos fundamentais para diminuir a participação de jovens na criminalidade.

03 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LEITOR

Maioridade penal x sistema educacional

Muitas vezes já ouvimos falar da redução da idade penal em nosso País. O ser humano realmente deve arcar com as consequências de seus atos, independente se é menor de idade. No entanto, junto com essa discussão, deveria vir também à tona, uma discussão fervorosa envolvendo mudanças em nosso sistema educacional, permitindo às nossas crianças um maior contato com o aprendizado, mas que pudessem aprender mais sobre ética, respeito, companheirismo, até mesmo uma profissão. Muitas vezes devido à desestrutura familiar, essas crianças não recebem estes ensinamentos em suas casas (quando as têm). Pouco podemos esperar de crianças que crescem nas ruas em contato com inúmeras formas de violência. Devemos sim rever, e com urgência, a maioridade penal, mas como fechar os olhos diante de tão crescente violência? Como não relacionar esta crescente violência à forma de como cuidamos de nossas crianças? O que podemos esperar de um país onde o investimento em prisões é muitíssimo maior do que o investimento em educação? Não estaríamos nós produzindo nossos próprios algozes? O debate sobre maioridade penal é importantíssimo e realmente deve acontecer, no entanto, vejo esta discussão: maioridade penal, como uma construção iniciando-se pelo telhado em vez da base.

NILVA MEDEIROS KATAOKA (servidora pública) - Londrina

O ESTADO DE S. PAULO

ROGÉRIO MEDEIROS GARCIA DE LIMA

Advogados e juízes

03 ABR 2013

A polêmica do 'conluio' pode abrir um saudável debate sobre a recepção nos tribunais do País

O ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal, apontou o "conluio" entre juízes e advogados como o que existe de "mais pernicioso" na Justiça brasileira. As declarações foram feitas durante sessão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), quando foi aplicada penalidade de aposentadoria compulsória a um juiz do Piauí acusado de beneficiar advogados (*Folha de S.Paulo*, 20/3).

No dia seguinte, este jornal divulgou o vazamento de e-mail remetido pelo desembargador Tourinho Neto para o advogado Jorge Hélio, ambos integrantes do CNJ. A notícia apontou a suspeita de tentativa de favorecimento à filha de Tourinho Neto, a juíza federal Lillian Tourinho (*O Estado de S. Paulo*, 21/3).

Não estou certo de que o ministro Joaquim Barbosa se tenha expressado de forma genérica, mas a generalização não é justa para com a imensa maioria dos advogados e juízes brasileiros. A polêmica, todavia, poderá abrir saudável debate sobre o atendimento a advogados pelos juízes.

Em 2009 surgiu acirrada controvérsia em torno de um projeto de adoção de dispositivo regimental para disciplinar o recebimento de advogados pelos ministros do Supremo Tribunal Federal. Pouco antes, em dezembro de 2008, participei do Curso de Administração Judiciária, Administração Pública e

Sistema Judiciário Norte-Americano, ministrado pelo Dean Rusk Center for International and Comparative Law, da Universidade da Geórgia (EUA).

Fomos informados de que os juízes da Suprema Corte dos Estados Unidos não recebem advogados para tratar das causas em andamento naquele tribunal. Nas demais Cortes e nos juízes de primeiro grau, federais e estaduais, o advogado somente é recebido pelos magistrados para entrevista previamente agendada e desde que acompanhado pelo advogado da parte contrária. Caso o magistrado receba advogado para examinar alguma medida de emergência, tem a obrigação de dar imediata ciência, por qualquer meio de comunicação disponível, ao advogado da outra parte.

Também participou daquele intercâmbio o ministro Jorge Nanclares, então presidente da Suprema Corte de Mendoza (Argentina). Nanclares afirmou que a Suprema Corte argentina editou ato normativo segundo o qual – à semelhança do que vigora nos Estados Unidos – o advogado só será recebido pelo ministro em entrevista previamente agendada e desde que acompanhado pelo advogado da parte contrária. Posteriormente, o Conselho Nacional de Justiça argentino estendeu a referida norma a todos os tribunais e juízos do país.

No Brasil, o artigo 7.º, inciso VIII, da Lei n.º 8.906/94 (Estatuto da Advocacia) assegura ao advogado a prerrogativa de "dirigir-se diretamente aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho, independentemente de horário previamente marcado ou

outra condição, observando-se a ordem de chegada". Se aplicado literalmente esse preceito, enfrentaremos enorme dificuldade prática.

Para exemplificar, o Supremo Tribunal Federal tem mais de 70 mil processos em tramitação. O número de feitos em trâmite pelo Superior Tribunal de Justiça aproxima-se da casa dos 300 mil. A 14.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG), que integro com mais quatro desembargadores, julgou mais de 12 mil processos somente no ano de 2012.

O que aconteceria se todos os advogados das partes envolvidas nesses processos quisessem ser atendidos por ministros e desembargadores, "independentemente de horário previamente marcado ou outra condição"? Como os cerca de 14 mil magistrados brasileiros, cada qual com milhares de processos sob sua jurisdição, procederiam se todos os advogados pretendessem valer-se da mesma prerrogativa? Como assegurar, inclusive nos tribunais superiores, que todos os advogados tenham atendimento igualitário?

Na prática, procura-se cumprir o dispositivo legal no limite da saturação. Cada minuto do dia do magistrado é precioso para dar conta da desumana demanda de serviços.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

03 ABR 2013

De resto, os magistrados têm de se precaver contra o “jeitinho brasileiro”. Todo brasileiro se indigna com escândalos fartamente noticiados. Todavia eles são a “cara” do Brasil. Sérgio Buarque de Holanda definiu o brasileiro como “*homem cordial*”. Tem sociabilidade aparente para obter vantagens pessoais e evitar cumprir a lei que o contrarie (*Raízes do Brasil*, 9.^a edição, 1976, páginas 105/106).

Muitos dos que xingam duramente os corruptos são os mesmos que elegem políticos almejando benesses pessoais. Diversos homens públicos são identificados com o slogan “rouba, mas faz”. Esses eleitores não idealizam os representantes que administrarão e elaborarão leis em nome da comunidade, mas os “amigões do peito” que vão “ajeitar sua vida”, conseguir uma “boquinha” sem concurso público, cancelar uma multa de trânsito ou livrá-los de problemas com o delegado de polícia e o fiscal fazendário. São os mesmos eleitores que sonegam Imposto de Renda, subornam funcionários públicos, compram drogas de traficantes ou fazem apostas em jogos ilícitos. Contudo somos todos muito bons, boníssimos. Corruptos são os outros.

Nesse contexto cultural, com 24 anos de dedicação honesta e incansável à magistratura, posso revelar que juízes também recebem pedidos a todo instante. Assusta-me a sem-cerimônia com que são abordados os magistrados no Brasil. Qualquer cidadão tem um parente, amigo ou “amigo do amigo” de um juiz. Usando esses canais, pede “uma mãozinha” no julgamento do seu processo. Como o Poder Judiciário brasileiro é muito lento, é costume admitir pedidos de mera dinamização do andamento de causas. Porém – sinto dizer – na maioria das vezes o “jeitinho” almejado, explícita ou implicitamente, é a decisão a favor do postulante, ainda que contra a lei.



DOUTOR PELA UFMG, PROFESSOR
UNIVERSITÁRIO, É
DESEMBARGADOR DO TJ-MG

03 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Barbosa pede 'reformulação total' das normas de prescrição

Para presidente do CNJ, não faz sentido manter um sistema que permite que uma pena prescreva enquanto o caso é julgado. O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Joaquim Barbosa, criticou ontem o sistema jurídico brasileiro e disse que permitir a prescrição de crimes durante a tramitação das ações é um indicativo de que o objetivo é não punir.

“Prescrever ao longo da tramitação (*do processo*) é indicação de um sistema que não quer punir”, disse Joaquim Barbosa, que também preside o Supremo Tribunal Federal.

A observação foi feita durante o julgamento de um procedimento aberto para apurar a conduta de dois juizes militares de Minas Gerais acusados de negligência por não decidirem grande parte dos processos sob sua responsabilidade. De acordo com dados do CNJ, 274 processos prescreveram, o que corresponde a 82% do total. Ao final, os magistrados foram punidos apenas com censura.

“Tem que haver uma reformulação total dessas regras”, disse Barbosa. “Em muitos casos, há punição decorrente de cálculos deliberados para que a prescrição incida”, acrescentou o ministro, após conselheiros terem observado que o instrumento da prescrição, criado para proteger o cidadão, algumas vezes beneficia criminosos. “A prescrição é sempre uma espada de Dâmocles na cabeça do juiz”, completou.

A prescrição ocorre quando a Justiça demora muito para julgar um processo – e a partir dela não é mais possível punir um acusado. No processo do mensalão, por exemplo, o Supremo decretou a prescrição em alguns casos, livrando réus de várias penas.

Também na reunião de ontem, o CNJ decidiu criar um grupo de trabalho para fazer um diagnóstico sobre as atividades da Justiça Militar no País. Na sessão, o conselheiro Bruno Dantas apresentou dados sobre os gastos e julgamentos realizados por esse setor do Judiciário, que Barbosa considerou “escandalosos”, se comparados aos do STF.

03 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Lalau sofre primeira condenação definitiva

O ex-juiz Nicolau dos Santos Neto sofreu ontem sua primeira condenação definitiva. O Supremo Tribunal Federal (STF) emitiu certidão de trânsito em julgado da condenação a ele imposta por crime de lavagem de dinheiro durante a construção do Fórum Trabalhista de São Paulo. O STF confirmou acórdão do Tribunal Regional Federal da 3.^a Região (TRF-3) contra Nicolau – 9 anos de reclusão, perdimento dos bens e multa de R\$ 600 mil.

Nicolau, de 84 anos, está preso na Penitenciária de Tremembé (SP). Os recursos contra a condenação por lavagem estavam sob a relatoria, desde novembro de 2012, do ministro Teori Zavascki, do STF. A Procuradoria Regional da República temia que hoje fosse ocorrer a prescrição desse crime – risco afastado após o ministro julgar os recursos da defesa. Com essa medida, tem início a execução definitiva da pena, que era até então provisória.

Nicolau foi condenado a um total de 48 anos de prisão, dos quais já prescreveram 14 anos, relativos a processos por estelionato e evasão de divisas.

“Tudo com relação ao dr. Nicolau é por exceção, nada para ele segue a rotina”, protesta o advogado Celmo Marcio de Assis Pereira. “Ele está muito mal de saúde e tem direito à prisão domiciliar. Já tiraram tudo dele, até a aposentadoria. Agora querem tirar sua vida.”

JUSTIÇA

Gil Rugai: MP pede tornozeleira eletrônica

O Ministério Público entrou com um pedido na Justiça para que Gil Rugai, de 29 anos, seja monitorado com tornozeleira eletrônica e compareça todo mês ao cartório.

Segundo o promotor Rogério Zagallo, autor do pedido, há “risco de Rugai fugir, caso tenha de cumprir regime fechado”. O rapaz foi condenado a 33 anos e 9 meses de prisão, pelo assassinato de seu pai e de sua madrastra, mas recorre em liberdade.

03 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

MPE denuncia 8

por tragédia de

Santa Maria

Promotores acusaram 4 pessoas por homicídio e 4 por fraude processual e falso testemunho; incêndio em boate matou 241

O Ministério Público do Rio Grande do Sul denunciou ontem oito pessoas à Justiça pelo incêndio da boate Kiss, em Santa Maria, em 27 de janeiro. Quatro foram acusadas por homicídio doloso, com dolo eventual, qualificado, duas por fraude processual e duas por falso testemunho. A tragédia deixou 241 mortos e 636 feridos – sete seguem internados em hospitais.

O número de denunciados é a metade dos indiciados criminalmente pela Polícia Civil, no dia 22. O inquérito policial acusou nove pessoas por homicídio doloso, com dolo eventual, qualificado, quatro por homicídio culposo, dois por fraude processual e um por falso testemunho.

A acusação de homicídio doloso, com dolo eventual, atribuída a quem assume o risco de matar, mesmo que não tenha intenção, foi mantida contra os sócios da empresa que administrava a casa noturna, Elissandro Spohr e Mauro Hoffmann, e dois integrantes da banda Gurizada Fandangueira, o vocalista Marcelo de Jesus dos Santos e o produtor Luciano Bonilha Leão, todos presos preventivamente desde a semana seguinte à tragédia.

Como entendeu que as mortes estão ligadas sempre ao uso de espuma de revestimento acústico inadequada, ao show pirotécnico em local fechado, à superlotação da boate, à falta de treinamento de funcionários e de vias de escoamento rápido, o Ministério Público decidiu acusar os sócios que, segundo os pro-

● Causa das mortes

JOEL DUTRA

PROMOTOR

"As palavras primordiais são espuma e fogo; senão, não haveria mortes. Por mais que se pudesse imaginar um problema, jamais ocorreria tal tragédia"

motores, administravam efetivamente a casa, e os músicos que tiveram participação direta nas falhas que levaram ao incêndio. Leão teria comprado o artefato pirotécnico que teria sido usado por Santos durante o show. Uma fagulha chegou ao teto e começou a queimar a espuma instalada pela casa.

Os promotores entenderam que houve ganância dos envolvidos por não terem feito as instalações corretas de prevenção nem treinado funcionários e por terem optado por material pirotécnico mais barato e menos seguro. Sustentaram que os quatro acusados tinham domínio da circunstância e acabaram causando a tragédia. Consideraram ainda que os homicídios foram qualificados por motivos cruel, a morte provocada por asfixia, e torpe, porque os acusados, para obter mais renda, não teriam se importado com o que poderia acontecer com as pessoas.

Os outros denunciados são os bombeiros Gerson da Rosa Pereira e Renan Severo Berleze, por fraude processual, uma vez que teriam incluído documentos na pasta do Plano de Prevenção de Incêndio da Kiss depois da tragédia e, ainda, o empresário Elton Cristiano Uroda, ex-sócio da Kiss, e o contador Volmir Astor Panzer, por falso testemunho.

Dos nove indiciados pela Polícia Civil, três não foram acusados pelo Ministério Público. São eles o gerente da boate Ricardo de Castro Pasche, que não-teria poder decisório para intervenções na casa, o ex-secretário municipal do Meio Ambiente Luiz Alberto Carvalho Júnior, por licença de operação sem conexões com o desastre, e o funcionário da Secretaria de Finanças Marcos Vinícius Bittencourt Biermann, por alvará sanitário vencido, mas também sem relação com o incêndio. Pasche havia sido indiciado por homicídio com dolo eventual, e os outros dois por homicídio culposo.

O Ministério Público pediu novas investigações à Polícia sobre as atividades e a conduta de Ângela Callegaro, irmã de Elissandro e sócia formal da boate, Marlene Callegaro, mãe de Elissandro e sócia formal da boate, Miguel Caetano Passini, secretário de Mobilidade Urbana, e Beloyannes Orengo de Pietro Júnior, chefe de fiscalização da Secretaria de Mobilidade Urbana.

Outro lado. Os advogados de defesa dos quatro acusados de homicídio criticaram a denúncia. Omar Obregon, defensor de Marcelo de Jesus dos Santos, disse que a acusação não está considerando que seu cliente "não comprou, não instalou e não acionou" o artefato pirotécnico. "A denúncia não causa surpresa, mas é inaceitável", afirmou Mário Cipriani, representante de Mauro Hoffmann, que alega que nem o inquérito nem a denúncia descrevem conexões de seu cliente com os fatos.

03 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CPI aprova quebra de sigilo de ONG que intermediou adoções

PONTA GROSSA

Maria Gizele da Silva, da sucursal

■ A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Pessoas, em andamento na Câmara dos Deputados, aprovou ontem a quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal da organização não governamental (ONG) Limiar. Assim, órgãos governamentais poderão investigar os bens e a movimentação financeira da ONG. Ela é apontada como intermediadora das adoções internacionais efetuadas sob suspeitas de irregularidades em São João do Triunfo, no Centro-Sul do Paraná. A CPI também aprovou a vinda de parlamentares para o Paraná para ouvir testemunhas das adoções suspeitas. A data da visita ainda não está confirmada.

A ONG foi fundada em 1984 e possui um site em inglês onde afirma que coordena a adoção internacional de crianças brasileiras. A ONG chegou a formalizar um convênio com a Comissão de Adoção do Tribunal de Justiça do Paraná na década de 90, mas o convênio já foi suspenso. Hoje, a Limiar possui CNPJ no Brasil e tem um abrigo em São Paulo que é mantido através de um convênio com a prefeitura municipal para atender crianças e adolescentes carentes.

O representante da ONG no Brasil, Audelino de Souza, que mora em Curitiba, informou à reportagem que não sabia sobre a quebra de sigilo aprovada pela CPI, mas frisou que o que está saindo na mídia sobre a ONG são "inverdades". Ele também afirmou que não iria se manifestar sobre as acusações e que a Comissão de Adoção do TJ poderia fornecer informações sobre os procedimentos de adoção. Porém, nenhum magistrado foi localizado ontem pela reportagem.

O deputado federal Fernando Francischini (PEN-PR), que é membro da CPI, disse que há indícios de que a ONG cobrava para intermediar as adoções internacionais com valores que chegam a US\$ 9 mil. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) proíbe a obtenção de lucro na intermediação de processos de adoção.

Somente em São João do Triunfo perto de 40 crianças vindas de 10 famílias foram adotadas por casais estrangeiros nos últimos anos.

03 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» SÃO FRANCISCO

Bar O Torto escapa de interdição

| Raphael Marchiori

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) indeferiu a interdição em caráter de urgência do bar O Torto, instalado no bairro São Francisco, em Curitiba. A solicitação partiu do Ministério Público do Paraná (MP-PR), em ação civil pública ajuizada no dia 22 de fevereiro. A decisão da Justiça foi publicada no dia 13 de março, mas só veio a público ontem.

De acordo o juiz Tiago Gagliano Pinto Alberto, da 2.^a Vara da Fazenda Pública, a interdição do estabelecimento é “precipitada”. O magistrado embasa sua decisão com manifestação da prefeitura de Curitiba de que o bar tem as autorizações legais para funcionamento e localização.

Sobre o pleito referente à realização da “Quadra Cultural”, que também foi questionada pelo MP-PR, a decisão judicial informa que a “concessão de medida emergencial ficou prejudicada porque o evento já foi realizado neste ano, embora o réu (o bar O Torto) não tivesse autorização para promovê-la”.

Arlindo Ventura, o Magrão, proprietário do bar O Torto, recebeu bem a decisão, mas disse ainda não ter sido informado oficialmente do ato. “Acredito que o juiz está sendo sensato. Esse promotor, lamentavelmente, fez um pedido equivocado”, disse.

O MP-PR foi procurado pela reportagem, mas até as 19 h de ontem não havia se pronunciado.

03 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

Criação de TRF no Paraná está na pauta da Câmara

A PEC 544/02, que prevê a criação de um Tribunal Regional Federal (TRF) no Paraná e em mais três estados, está na pauta de votação da Câmara dos Deputados de hoje. A proposta já foi aprovada em primeira votação na Casa e agora vai para o segundo turno. Se o texto for aprovado, ele deve seguir direto para promulgação do Congresso.

Segundo os deputados paranaenses Osmar Serraglio (PMDB) e Eduardo Sciarra (PSD), a assessoria da Mesa Diretora da Câmara já confirmou que a matéria não precisará voltar para análise do Senado. A revisão da matéria pelo Senado foi questionada na votação em primeiro turno.

Ontem, parlamentares e representantes de entidades civis defenderam a aprovação da proposta. Além de criar um TRF no Paraná, a medida prevê novos TRFs em Minas Gerais, na Bahia e no Amazonas.

03 ABR 2013

GAZETA DO POVO

NOTAS POLITICAS

Explicações sobre o "Tudo Aqui" será em reunião aberta, diz Valdir Rossoni

Em reunião aberta à imprensa, o secretário estadual do Planejamento, Cassio Taniguchi, vai prestar esclarecimentos hoje de manhã aos deputados estaduais a respeito do projeto "Tudo Aqui Paraná". A princípio, o encontro, na sala da Presidência da Assembleia, seria fechado, por imposição do líder do governo, Ademar Traiano (PSDB). No entanto, o presidente da Casa, Valdir Rossoni (PSDB), disse que não há "reuniões secretas" em seu gabinete. Nas últimas semanas, a maioria governista rejeitou requerimentos da oposição para ter mais dados sobre o programa. Um deles convidava e outro convocava Taniguchi a ir à Assembleia. Sob o argumento de que a intenção era politizar a discussão, a situação rejeitou os pedidos e ofereceu aos parlamentares interessados uma reunião a portas fechadas com o secretário.

Tudo Aqui, às 10h

O governo do Paraná e a liderança do governo na Assembleia Legislativa parecem não falar a mesma língua. Depois de barrar requerimentos da bancada da oposição que convidava o secretário do Planejamento, Cassio Taniguchi, para dar explicações sobre o programa bilionário "Tudo Aqui", o deputado Ademar Traiano (PSDB, à esq.), líder do governo na Casa, decidiu resolver a situação. Marcou para às 10 horas de hoje uma conversa do secretário com os deputados para esclarecer todas as dúvidas sobre o "Tudo Aqui". Mas na mesma hora, às 10h, o governador Beto Richa (PSDB, à dir.) vai entregar no Palácio Iguazu 37 novos carros para reforçar a estrutura de atendimento dos escritórios regionais e da rede de Agências do Trabalhador no interior do estado. A solenidade vai atrair os deputados que têm base eleitoral no interior. Os parlamentares estavam divididos entre as duas agendas. Mas, entre ouvir as explicações de Taniguchi, e participar da entrega de carros com o governador, os deputados devem dar prioridade para a agenda com Richa.



Pinga-fogo

"Deputado vê chifre em cabeça de cavalo."

Cassio Taniguchi, secretário do Planejamento, sobre as críticas feitas por deputados de oposição ao projeto "Tudo Aqui".



COLUNA DO LEITOR

Tudo Aqui Paraná

É quase inacreditável a ingenuidade com que Cassio Taniguchi declarou ter escondido do público em geral e dos eventuais interessados o decreto que deu início à aberração denominada de Tudo Aqui Paraná (*Gazeta*, 2/4). Qualquer estagiário do Ministério Público ou do Tribunal de Contas sabe que o secretário afrontou quesitos da Lei 8.666/93 e de sua congêner estadual, a Lei 15.608/07, que impõem a necessidade de ampla divulgação desse tipo de ação. Resta saber se o TC e o MP agora vão adotar a estratégia do avestruz ou declararão o processo como viciado.

Eduardo Salamuni

03 ABR 2013

GAZETA DO POVO

BESSA

Procurando apoios

O procurador de justiça e professor Domingos Thadeu Ribeiro da Fonseca começa hoje um corpo a corpo em Brasília por sua eleição à vaga destinada ao Ministério Público no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ele foi indicado pelo MP do Paraná para concorrer à cadeira, hoje ocupada por um representante do Pará, que disputa a reeleição.

Na próxima terça-feira, Fonseca lança em Curitiba o livro *A Garantia da Liberdade Individual e o Direito Brasileiro*.

CURITIBA

Agentes penitenciários pedem reajuste em manifestação

Cerca de 250 agentes penitenciários realizaram na manhã de ontem uma manifestação em frente ao Palácio Iguçu. O objetivo do ato foi solicitar uma reunião com a secretária de Administração e Previdência do Paraná (SEAP), Dinorah Botto Portugal, para poder negociar o valor do reajuste no adicional de risco oferecido à categoria. Os agentes pedem um aumento de 38,37% sobre o Adicional de Atividade Penitenciária (AAP), mas a secretária Dinorah ofereceu um acréscimo de 23%. Um novo encontro ocorrerá na próxima semana.

9 ANOS

de prisão, perda de bens e multa de R\$ 600 mil. Essa é a pena aplicada ao ex-juiz Nicolau dos Santos Neto em sua primeira condenação definitiva decretada ontem pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ele foi condenado em um dos processos por desvios de dinheiro da obra do Fórum Trabalhista de São Paulo. O escândalo veio à tona há 21 anos.

COLUNA DO LEITOR

Poder de investigação do MP 1

Sobre os artigos a respeito do poder de investigação do Ministério Público (*Gazeta*, 2/4), acredito que o MP ainda é uma instituição confiável, importante no Estado Democrático. A polícia é corrupta, facilmente manipulável e por isso não tem confiança pública, mesmo que o inquérito policial seja disciplinado através do Código de Processo Penal. O MP deve ser um poder independente e não ficar à mercê de outros órgãos.

Carlos Bahia

Poder de investigação do MP 2

Devemos decidir democraticamente o que queremos. Hoje, não se encontra entre as atribuições do Ministério Público a investigação criminal, que cabe exclusivamente às autoridades policiais. Das duas uma: ou a Constituição autoriza e torna obrigatória a investigação criminal pelo MP, definindo seu âmbito de atuação, ou veda expressamente a investigação policial por essa instituição.

Carlos Eduardo Ribeiro, bacharel em Direito

03 ABR 2013

GAZETA DO POVO

Barbosa defende novas regras de prescrição para evitar impunidade

Presidente do STF diz que o sistema atual dá mostras de que não quer punir

BRASÍLIA
Folhapress

O ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), defendeu ontem a "reformulação total" das regras de prescrição do país. Segundo ele, o sistema atual permite que a punição não ocorra.

Barbosa fez as declarações no momento em que analisava o caso de magistrados da Justiça Militar de Minas Gerais

que deixaram prescrever 274 de 331 processos.

"Tem que haver uma reformulação total dessas regras de prescrição, pois elas conduzem a essas perplexidades", completou o presidente do Supremo.

Ele afirmou que o Brasil deveria mirar no exemplo de "países civilizados" para reformular seu sistema. Uma das sugestões apresentadas por Barbosa seria a existência da prescrição até o momento da abertura da ação penal, "e depois não se discute mais isso".

"A possibilidade de prescrever ao longo da tramitação [do processo] é uma indicação de um sistema em que não se quer punir", argumentou Joaquim Barbosa, lembrando que qualquer mu-

dança só pode ser feita pelo Congresso Nacional.

No Brasil, a prescrição penal é calculada da seguinte forma: quando o processo ainda não terminou, ocorre o cálculo da chamada prescrição em abstrato e leva-se em conta a pena máxima do crime imputado a determinada pessoa. Isso ocorre para garantir que o caso seja julgado em tempo razoável.

Se não prescreveu até a data do julgamento e essa mesma pessoa for condenada, calcula-se então a prescrição com base na pena concreta. Se uma pena prescreve, tanto antes ou depois do julgamento, trata-se do reconhecimento, por parte do Estado, de que a Justiça foi ineficiente, inviabilizando a punição do réu.

"Prescrever ao longo da tramitação [do processo] é a indicação de um sistema que não quer punir. A prescrição é sempre uma espada de Dâmocles na cabeça do juiz."

Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

15
MINISTROS

e 36 juízes compõem a Justiça Militar, além de 962 servidores no STM e 398 atuando no primeiro grau.

R\$ 322,5
MILHÕES

compõem o orçamento do Superior Tribunal Militar (STM), encarregado de processar e julgar crimes militares.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DIAGNÓSTICO

03 ABR 2013

Conselho deve decidir o futuro da Justiça Militar dentro de 90 dias

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou ontem um grupo de trabalho para avaliar a real necessidade da Justiça Militar no país. A comissão tem prazo de 90 dias para fazer um diagnóstico dos tribunais militares e, a partir dos dados, propor mudanças – ou mesmo a extinção desse setor do Judiciário.

A decisão foi tomada após a apresentação de um relatório com a despesa que a Justiça Militar representa para os cofres públicos. O ministro Joaquim Barbosa, presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), criticou as cifras. “Esses números são escandalosos. É um indicativo de um verdadeiro descalabro financeiro”, protestou Barbosa.

Segundo relatório, o Superior Tribunal Militar (STM) tem orçamento anual de R\$ 322,5 milhões. São 15 ministros, 36 juízes, 962 servidores no STM e 398 atuando no primeiro grau. No tribunal, são julgados apenas 54 processos por magistrado em um ano. Os números são de 2011. Há também os tribunais militares de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. Nos três estados, o orçamento é de R\$ 96,5 milhões. São 20 desembargadores, 19 juízes e 513 servidores.

Durante a sessão, o CNJ julgou um processo administrativo contra dois juízes de Minas Gerais. Paulo Tadeu Rodrigues e Paulo Eduardo Andrade Reis perderam o prazo para julgar 69,38% dos processos sob responsabilidade deles. O CNJ decidiu aplicar pena de censura aos dois juízes.

03 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» SANTA MARIA

MP denuncia quatro por homicídio na boate Kiss

O Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP) aca-
tou apenas em parte as con-
clusões do inquérito poli-
cial que investigou a tragé-
dia na boate Kiss, que matou
241 pessoas na madrugada
de 27 de janeiro, em Santa
Maria. Foram denunciados
à Justiça ontem por homicí-
dio doloso qualificado os em-
presários Mauro Hoffmann
e Elissandro Spohr, donos da
boate, e os integrantes da ban-
da Gurizada Fandangueira,
Marcelo de Jesus dos Santos
e Luciano Bonilha Leão.

Segundo o MP, os quatro
denunciados foram acusados
de homicídio doloso porque
conheciam o risco das ações
e porque, a despeito de todas
as circunstâncias desfavorá-
veis, não impediram que a
tragédia ocorresse. O prom-
tor Joel Dutra apontou du-
as qualificadoras para a de-
núncia: morte por asfixia e
motivo torpe, já que o risco
apontado pela promotoria te-
ria sido conduzido por inte-
resse financeiro.

Outras duas pessoas, os
bombeiros Gerson da Rosa
Pereira e Renan Severo
Berleze, foram denuncia-
dos por fraude processual,
por anexarem documentos
ao processo que não consta-
vam dos laudos originais an-
ti-incêndio da boate.

Também foram denun-
ciados por falso testemunho
Elton Cristiano Uroda, ex-só-
cio da boate Kiss, e o conta-
dor Volmir Pastor Panzen,
que não aparecia no inqué-
rito policial mas foi acusado
de tentar ocultar a partici-
pação do empresário Eliseu

ARQUIVAMENTO

Os indiciamentos de Ricardo
Pasch, que era gerente da boa-
te, e dos servidores públicos
Luís Alberto Carvalho Júnior,
secretário de Meio Ambiente,
e Marcus Vinícius Bittencourt
Biermann, que emitiu o
alvará de localização da
Kiss, foram arquivados pelo
Ministério Público. Ricardo,
que é namorado da irmã de
Elissandro, foi arrolado como
testemunha no processo.

Spohr, pai de um dos só-
cios do empreendimento e
apontado pela promotoria
como sócio oculto da boa-
te. Segundo Dutra, o empre-
sário fazia aportes financei-
ros e também retiradas da
boate. O promotor disse que
irá recomendar à associação
dos parentes das vítimas a
responsabilização patrimonial
de Eliseu, que é dono
da GP Pneus.

Os outros oito indiciados
pela polícia não foram de-
nunciados pelo MP. A promo-
toria pediu mais investiga-
ções sobre a participação da
mãe e da irmã do Elissandro
Spohr, Marlene Terezinha e
Ângela Aurélia, na implan-
tação do "cenário causador
das mortes". Além disso, os
servidores públicos Miguel
Caetano Passini e Beloyannes
Orengo de Pietro Júnior, in-
diciados pelo crime de lesão
corporal de natureza culpo-
sa, não tiveram participação
nas causas da tragédia, segun-
do o MP.

O próximo passo, após
a acusação da Promotoria,
é a análise da denúncia pe-
la Justiça. O juiz responsá-
vel precisará decidir se acei-
ta ou não a denúncia. Se ela
for aceita, os acusados se
tornam réus. Os quatro pres-
sos podem ser levados ao
Tribunal do Júri.

03 ABR 2013

GAZETA DO POVO

Paraná lidera ranking de ações da Polícia Federal nos estados

Foi no Paraná que a Polícia Federal atingiu seu maior patamar de produtividade no ano passado. Foram 37 operações realizadas – uma média de três por mês, número 95% superior ao de 2011 –, que resultaram em 1.113 flagrantes e 411 prisões. Dentre as principais ações deflagradas pela PF no estado em 2012 estão o desmantelamento de uma rede de adulteração de combustíveis, o combate ao narcotráfico na fronteira com o Paraguai e a poluição do Rio Iguaçu com dejetos despejados pela Sanepar.

03 ABR 2013

GAZETA DO POVO

PF do Paraná lidera em produtividade

Polícia Federal fechou 2012 com 37 operações no estado, resultando em mais de mil flagrantes e 411 prisões. Foi o melhor resultado no país

Diego Ribeiro

Três operações por mês, mais de mil flagrantes e 411 prisões. Esses resultados elevaram a Polícia Federal do Paraná ao patamar mais alto de produtividade no país. Conforme balanço preliminar divulgado semana passada pelo Departamento da Polícia Federal (DPF), a superintendência da instituição no estado chegou em 2012 ao primeiro lugar. Só em 2012 foram 37 operações, 95% a mais do que o ano anterior. A DPF deve terminar o levantamento até o fim da semana. Mesmo assim, a tendência é de que o estado permaneça à frente no ranking.

“Faz parte do perfil da administração da superintendência no estado. Houve um aumento de trabalho na área de inteligência”, conta o titular da Delegacia de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal no estado, Wagner Mesquita. Segundo ele, essa sempre foi uma preocupação do superintendente da PF no estado, José Alberto de Freitas Iegas

Mesquita foi responsável por grandes investigações e ações inusitadas que chamaram a atenção pelo impacto, como o estouro de uma fortaleza do jogo do bicho em Curitiba. Para Mesquita, a capacitação é uma das razões da otimização do trabalho da PF no estado. “Todas as equipes passaram por readequações e por cursos na área de inteligência”, comenta.

Fronteira e integração

A posição geográfica do estado favoreceu também a integração com outras superintendências, como a de São Paulo, Rio de Janeiro. O Paraná é conhecido pelo corredor de passagem de traficantes de drogas e armas. O ritmo de trabalho da Polícia Federal na fronteira é muito grande, já que o estado faz fronteira com a Argentina e o Paraguai. “Muitas vezes, São Paulo faz operação e aparece alguém daqui. Então, nós continuamos a investigação a partir daquela prisão ocorrida em uma ação da PF de outro estado”, explica Mesquita.

Outro diferencial empregado em 2012 foi uma integração da PF com a Polícia Militar (PM) do Paraná. “Firmamos esse convênio com a PM, que dá muita capilaridade ao trabalho policial”, afirma Mesquita. Pela presença em todo o estado, a PM acaba recebendo muita informação que auxilia nas investigações federais.

Análise

Sociólogo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), César Bueno salienta que a prepara-

ção dos policiais federais é muito superior se comparada às polícias estaduais. “A PF é uma espécie de ilha na segurança pública do país. Tem um modo de atuar mais eficiente, com uma atuação, inclusive, mais humanista. Ninguém ouve falar de mortes em confronto com a polícia federal”, ressalta Bueno.

Na avaliação dele, além de ter um salário acima da média dos servidores da segurança pública em todo país, a qualificação da PF deveria ser exemplo para as polícias estaduais. “Além disso, é menos corporativista e como os policiais mudam de estado não mantém vínculos locais perniciosos”, pondera.

SUBSTITUIÇÃO

Atual chefe no RS é o mais cotado para assumir vaga de Iegas

O delegado federal mais cotado para assumir a Superintendência da Polícia Federal do Paraná é Rosalvo Ferreira Franco, superintendente no Rio Grande do Sul. Ele é natural de São Paulo e já atuou na Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado do Paraná, em 2008 e 2009, quando o superintendente, na época, era o delegado Maurício Valeixo.

Já o delegado federal Wagner Mesquita, atual chefe da Delegacia Federal de Combate ao Crime Organizado, um dos responsáveis pelo bom desempenho da PF no Paraná, deve deixar o estado também. Seu destino ainda não está definido

CONTINUA

Levantamento preliminar da Polícia Federal mostra que a Superintendência no Paraná lidera o ranking nacional de eficiência, que ao todo considera 27 variáveis. Acompanhe:

	Operações	Mandado de busca nas operações	Total de prisões nas operações	Flagrante	Índice de produtividade
Paraná	37	539	411	1.113	4,91
Paraíba	14	216	109	102	3,8
Rio Grande do Sul	40	404	381	436	3,8
Amazonas	10	122	42	96	3,43
Mato Grosso	7	173	91	260	3,42
São Paulo	32	496	322	935	3,06
Roraima	4	112	63	127	3,01
Mato Grosso do Sul	7	67	38	260	2,88
Acre	6	63	85	118	2,63
Minas Gerais	20	205	91	692	2,63
Bahia	10	87	52	119	2,34
Santa Catarina	11	70	78	226	2,27
Pernambuco	7	108	45	149	2,26
Rondônia	6	105	81	157	2,21
Distrito Federal	4	77	58	84	1,89
Maranhão	3	30	19	259	1,79
Piauí	3	22	8	47	1,77
Sergipe	1	15	9	48	1,75
Goiás	3	24	10	74	1,69
Espírito Santo	4	20	49	106	1,65
Rio de Janeiro	13	214	158	316	1,58
Tocantins	2	19	5	56	1,54
Ceará	5	73	56	126	1,53
Rio Grande do Norte	3	26	8	57	1,33
Alagoas*	0	0	0	56	1,06
Pará	1	8	4	122	1
Amapá	1	15	9	21	0,92

*O estado não publicou os números.

Fonte: Polícia Federal. Infografia: Gazeta do Povo.

METODOLOGIA

Ranking liderado pela Superintendência do PR considera 27 variáveis

Com base em 27 variáveis, o Departamento da Polícia Federal criou um índice de produtividade. Com 4,9 pontos, o Paraná lidera o ranking nacional. As variáveis contempladas que compõem o índice têm base em aspectos geográficos, atividades operacionais e trabalho administrativo. Elas englobam informações sobre inquéritos relatados, operações, prisões, indi-

ciamentos, apreensões, quantidade de municípios, zonas eleitorais, extensão de fronteira, quantidade de passageiros em aeroportos, empresas de vigilância no estado, entre outros.

A Paraíba é o segundo estado com melhor índice, 3,8; Rio Grande do Sul é o terceiro, com 3. A Polícia Federal de São Paulo é a sexta colocada no ranking e é a unidade com maior número de efetivo (1.386 policiais). O Paraná tem o terceiro melhor efetivo, com 738 policiais federais.

BALANÇO

Veja as cinco principais operações da PF no Paraná em 2012:

➤ **Operação Brasiguai** – Ação de combate ao tráfico internacional de drogas, deflagrada em Foz do Iguaçu. De acordo com a PF, 36 pessoas foram detidas.

➤ **Operação Hidra** – Combate à adulteração de combustíveis, estelionato e sonegação fiscal. Três pessoas foram presas na região de Guarapuava.

➤ **Operação Deadline** – Segundo a PF, 25 pessoas foram presas. A ação aconteceu na região do Porto de Paranaguá.

➤ **Operação Roleta-Russa II** – Continuação de uma ação de 2011, que gerou polêmica já que a PF estourou uma fortaleza do jogo do bicho em Curitiba, uma atribuição que seria das polícias estaduais. Segundo a PF, 15 pessoas foram detidas.

➤ **Operação Água Grande** – A PF descobriu que a água que sai das estações de tratamento de esgoto da Sanepar e dejetos não tratados eram despejados no Rio Iguaçu.

CONTINUA

Corrupção é o maior obstáculo contra o crime

ENTREVISTA

JOSÉ ALBERTO DE FREITAS
LEGAS, superintendente da
Polícia Federal no Paraná

O delegado José Alberto de Freitas Legas, 41 anos, não será mais o superintendente da Polícia Federal do Paraná a partir do dia 15. A notícia chegou a surpreender alguns, mas não é recente o desejo do alto escalão da PF de tê-lo atuando na área de inteligência em Brasília, o que acontecerá nas próximas semanas. Legas elevou o Paraná ao posto mais alto no ranking de produtividade do Departamento da PF. "Isso se deve a muito empenho dos policiais", diz. Antes de a transferência ser concretizada, Legas conversou com a reportagem da Gazeta do Povo, na Superintendência da PF, no bairro Santa Cândida. Ele ressalta que o principal problema no combate ao crime organizado é a corrupção dos agentes públicos. "Sempre que tem uma investigação de médio porte para cima, existe a participação de agentes públicos", destaca. Veja a entrevista.

Como o senhor avalia esse período de pouco mais de um ano e meio à frente da Superintendência da Polícia Federal no Paraná?

Foi um período muito positivo, apesar de alguns momentos difíceis, como o da greve de parte dos policiais federais. Conseguimos alguns avanços, como aquisição de

lanchas blindadas para Foz do Iguaçu. Estamos em via de inaugurar a delegacia da PF em Guaíra. Fizemos algumas operações importantes de combate à corrupção, tráfico de entorpecentes, contrabando. Aprimoramos o trabalho da força-tarefa, uma atuação conjunta da PF com policiais militares, principalmente no combate ao tráfico de drogas em todo o estado.

O crime organizado é forte no Paraná?

Sim, até em razão das fronteiras. Isso torna o Paraná um centro estratégico. É inegável que existe atuação de organizações, quadrilhas estruturadas aqui. Nós procuramos aprimorar nossas estruturas para reverter isso.

Quais os principais problemas que a PF encontra para combater o crime organizado no estado?

O crime é muito dinâmico e temos uma capacidade limitada de conduzir grandes operações, mas a maior dificuldade é a corrupção. Esse é o grande problema. Sempre que tem uma investigação de médio porte para cima, existe a participação de agentes públicos. E, infelizmente, o Paraná, como é rota de contrabando e outros crimes, alimenta muito a cadeia de corrupção.

A integração com as forças do estado tem funcionado?

Essa relação com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) avançou muito também. A força-tarefa [que investiga o tráfico de drogas] é exemplo disso. Outras atividades que investigam organizações criminosas dentro e fora dos presídios também são. Há uma integração com a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania que

tem dado resultados positivos. Obviamente há muitos problemas nessas instituições, assim como temos na nossa também, mas há uma confiança muito grande na PM e na Polícia Civil.

O que a PF precisa melhorar na fronteira?

É preciso sempre pensar em aumento do efetivo, que deve ser uma providência permanente. Mas não é só com efetivo que se resolve. Temos de aprimorar questões tecnológicas, como o Vant (Veículo aéreo não tripulado), que enfrentou alguns problemas, mas que deverá voltar a operar nas próximas semanas.

O índice de produtividade da PF no Paraná é o melhor no Brasil. O que mudou?

Sempre foquei que a polícia tem de estar na rua, operando, combatendo o crime, seja pequeno, médio ou grande. Foi isso que focamos. Graças ao empenho dos policiais, conseguimos melhorar esse índice. Não é apenas devido à posição geográfica do estado, é mais graças ao empenho dos policiais, que ficam em missões por longo prazo. Mas também há destinação de recursos, [uma melhor] gestão da PF, que prioriza unidades de fronteira.

"Sempre que tem uma investigação de médio porte para cima, existe a participação de agentes públicos. E, infelizmente, o Paraná, como é rota de contrabando e outros crimes, alimenta muito a cadeia de corrupção."

03 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Presidente do STF defende novas regras para prescrição de crimes

Para Barbosa, o melhor seria acabar com a contagem de prazos após abertura de processos

Segundo ministro, possibilidade prevista pela legislação atual para garantir segurança favorece impunidade

DE BRASÍLIA
DE SÃO PAULO

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Joaquim Barbosa, defendeu ontem a “reformulação total” das regras previstas pela legislação brasileira para a prescrição de crimes.

Barbosa abordou o assunto durante sessão do Conselho Nacional de Justiça em que foi analisado um caso em que dois juízes militares de Minas Gerais permitiram que 274 processos prescrevessem.

“Tem que haver uma reformulação total dessas regras de prescrição, pois elas conduzem a essas perplexidades”, afirmou. “Em muitos casos, a punição é decorrente de cálculos deliberados para que a prescrição incida.”

Ele disse que o Brasil deveria imitar “países civilizados” ao reformar seu sistema jurídico e propôs que os prazos para prescrição de crimes passem a ser contados somente até a abertura das

ações penais. “Depois não se discute mais isso”, afirmou.

“A possibilidade de prescrever ao longo da tramitação [da ação] é uma indicação de um sistema em que não se quer punir”, ele acrescentou.

A legislação brasileira prevê que os crimes prescrevem em prazos proporcionais à sua gravidade. Quanto mais séria a infração, mais tempo o sistema tem para investigar, processar e punir o acusado.

Os prazos de prescrição existem para garantir a segurança jurídica de pessoas e empresas, evitando que elas possam ser processadas na Justiça por tempo indefinido.

Se a proposta de Barbosa fosse implementada, os prazos só teriam validade até a

abertura dos processos e os tribunais poderiam levar o tempo que achassem necessário para julgar os acusados.

Ao sugerir a mudança na reunião do CNJ, Barbosa lembrou que qualquer mudança desse tipo só poderia ser feita com o aval do Congresso.

No julgamento do mensalão, no ano passado, alguns dos crimes acabaram prescritos. O processo teve início no STF em 2007 e até hoje não foi concluído, porque a decisão e os votos dos ministros ainda não foram publicados.

O presidente da Associação dos Juízes Federais, Nino Toldo, concorda com as críticas feitas por Barbosa. “Os prazos são muitas vezes pequenos. Este é um bom momento para discutir o tema.”

No caso examinado ontem pelo CNJ, os dois juízes militares receberam a pena de censura por terem deixado prescrever 82% dos processos sob sua responsabilidade.

O advogado Filipe Sarmiento Fialdini, professor de direito penal, afirmou que a proposta de Barbosa faria com que as ações demorassem mais para ser julgadas. “As autoridades têm de se mexer e a pena é a prescrição. É a única forma de fazer a coisa andar”, disse o advogado.

“A possibilidade de [uma ação] prescrever ao longo da tramitação é uma indicação de um sistema em que não se quer punir

JOAQUIM BARBOSA
presidente do STF

CONTINUA

03 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

OS PRAZOS DE PRESCRIÇÃO

COMO É HOJE

Atualmente, os prazos variam de acordo com a pena para o crime e com o momento em que esse prazo começa a ser contado —pode ser a data do recebimento da denúncia

EXEMPLO

No caso do mensalão, o início da contagem é a data de recebimento da denúncia (agosto de 2007). Se a pena mínima de um crime for maior que um ano e menor ou igual a dois anos, ele prescreve em quatro anos (agosto de 2011)

O QUE O PRESIDENTE DO SUPREMO PROPÕE

Para Barbosa, os prazos para prescrição devem ser contados somente até a abertura das ações penais

MENSALÃO

BARBOSA NEGA MAIS PRAZO PARA DEFESA

O presidente do STF negou novo pedido de advogados que pretendiam ter mais tempo para a elaboração de recursos contra a condenação de réus. O ministro também negou acesso à cópia dos votos revisados antes da publicação oficial do resultado. Ele analisou o pleito de 15 bancas de advogados que atuaram no caso.

03 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Nicolau tem 1ª condenação em definitivo no caso TRT

Ex-juiz foi condenado a nove anos por lavagem

Quatorze após o escândalo de desvios de dinheiro da obra do Fórum Trabalhista de São Paulo vir à tona, o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, 84, teve a sua primeira condenação definitiva decretada.

O Supremo Tribunal Federal emitiu ontem certidão de trânsito em julgado (sem possibilidade de recurso) de uma condenação do ex-juiz por lavagem de dinheiro. A pena por este crime é de nove anos de prisão, perda de bens e multa de R\$ 600 mil.

O ex-juiz já recebeu outras condenações — ainda não definitivas — que, somadas, chegam a 48 anos de prisão. Desse total, 14 anos já prescreveram.

Além de lavagem de dinheiro, ele foi condenado por crimes como peculato, estelionato e corrupção passiva.

A Justiça concluiu que Nicolau foi responsável pelo desvio de R\$ 169,5 milhões durante a construção do fórum em São Paulo.

Na semana passada, o ex-juiz foi transferido para o presídio de Tremembé, no interior do Estado, após revogação de sua prisão domiciliar. Ele estava preso em sua casa no Morumbi, na zona oeste de São Paulo, desde 2007.

A defesa do ex-juiz foi procurada na noite de ontem, mas não foi localizada.

Ex-presidente do TRT (Tribunal Regional do Trabalho), Nicolau dos Santos Neto dirigia a comissão de obras do fórum, em 1992.

Seis anos depois, auditoria do Ministério Público apontou que só 64% da obra do fórum havia sido concluída, mas que 98% dos recursos haviam sido liberados.

Uma CPI na Câmara investigou o caso em 1999. A quebra de sigilos mostrou pagamentos vultosos de empresas envolvidas na obra a integrantes do esquema investigado.

PAINEL

Pessoa Jurídica A Rede ingressou com mandado de segurança na Justiça Federal para obter imediatamente seu CNPJ. Os “sonháticos” foram surpreendidos por uma instrução da Receita Federal que condiciona o cadastro da legenda de Marina Silva à obtenção das 500 mil assinaturas para registro no TSE.

Vaquinha Antes de avaliar o pedido de liminar, a juíza responsável pelo caso quis ouvir as razões do governo. Sem CNPJ, a nova sigla não pode alugar imóveis e terá dificuldade para efetuar despesas. Os gastos, por ora, são cobertos por colaboradores.

MÔNICA BERGAMO

INQUÉRITOS PARADOS

Como a meta de concluir todos os inquéritos de homicídio instaurados até 2007 foi cumprida por apenas 11 Estados, o comitê gestor da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública prorrogou em dois meses o prazo, inicialmente previsto para abril. “São 83.103 inquéritos em aberto para zerrar até 30 de junho”, explica a juíza Taís Ferraz, do Conselho Nacional do Ministério Público, que integra o comitê.

INQUÉRITOS 2

Alagoas, Bahia, Espírito Santos, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro concentram 87% dos inquéritos antigos sem solução. Os gestores estaduais do “inqueritômetro” relatam dificuldades como carência de pessoal e de estrutura das polícias civis.

INQUÉRITOS 3

A boa notícia é que o percentual de denúncias cresceu. No início do mutirão, estava em 8% dos casos, subiu para 20% nos inquéritos até 2007 e chegou a 29% naqueles de 2008. “Isso comprova que as investigações são viáveis e que a autoria dos crimes pôde ser apontada em vários casos, mesmo passados tantos anos”, afirma a conselheira Taís Ferraz.

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria inicia procedimentos que podem atingir Lula

Ministério Público no DF baseia-se em depoimento de operador do mensalão

A Procuradoria da República no Distrito Federal iniciou seis procedimentos criminais em decorrência das acusações feitas pelo operador do mensalão, Marcos Valério de Souza, em depoimento prestado no ano passado.

Esses procedimentos, definidos como preliminares, vão avaliar a abertura ou não de inquéritos. A informação foi divulgada ontem pelo jornal "O Estado de S. Paulo".

Condenado a 40 anos de prisão, Marcos Valério acusou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de conhecer o esquema e de se beneficiar com recursos dele, segundo o jornal. Lula nega.

Em 24 de setembro, em meio ao julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal, o empresário prestou o depoimento à Procuradoria-Geral da República.

O depoimento foi enviado à Procuradoria da República em Minas Gerais neste ano, que o encaminhou para o Ministério Público Federal em Brasília por avaliar que nada acrescentou às investigações que existem no Estado.

No Distrito Federal, os procuradores viram oito denúncias distintas. Duas delas eram investigadas, e as novas informações foram anexadas aos procedimentos existentes. As outras seis passarão por avaliação nesses procedimentos preliminares.

O depoimento de Valério foi prestado às procuradoras Raquel Branquinho e Cláudia Sampaio —esta última mulher do procurador-geral, Roberto Gurgel.

Em entrevista à **Folha** em janeiro, Gurgel disse que Valério queria obter benefícios, como a redução de pena.

03 ABR 2013

METRO 03 ABR 2013

Justiça determina paralisação da extração de argila na Caximba

Meio ambiente. Ação foi proposta pelo Ministério Público visando a recuperação ambiental da área degradada. Denúncia partiu da Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária

O MP-PR (Ministério Público do Paraná) obteve na Justiça a paralisação imediata de extração mineral em cerâmica, mais especificamente de argila para fabricação de tijolos e telhas, por parte da empresa Cerâmica Gai Ltda., localizada na região da Caximba, em Curitiba.

A ação civil pública foi ajuizada pelo promotor Sérgio Luiz Cordoni, da Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente da capital, e teve como base uma denúncia da Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária.

Foi relatado que em uma área no bairro Campo de Santana houve movimentação de grande volume de solo e supressão de mata nativa por corte, fogo e soterramento.

Ainda de acordo com essa denúncia, árvores da espécie Araucária angustifolia, que está ameaçada de extinção, “estavam morrendo em razão da movimentação do solo e que a erosão e o assoreamento eram intensos nas áreas laterais do aterro.”

Além de paralisar as atividades, a Justiça determinou que a empresa apresente o Prad (Plano de recuperação da Área Degradada) no prazo de 30 dias.

Um Termo de Ajustamento de Conduta chegou a ser firmado entre a empresa e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, mas o relatório de vistoria apresentado pela Equipe Técnica do Centro de Apoio das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente apontou que “não foi constatada a implantação de qualquer medida de recuperação de área degradada.”

A empresa não se pronunciou sobre o assunto.

R\$ 30

mil é o valor da multa determinada pela Justiça em caso de cumprimento.

03 ABR 2013

METRO

Cascavel. União terá que indenizar trabalhador que usou regata em audiência

A União foi condenada a pagar R\$ 10 mil de indenização por danos morais a um trabalhador que foi impedido de participar de uma audiência na Justiça do Trabalho de Cascavel, no oeste do Estado, por estar vestindo camiseta regata.

De acordo com o trabalhador, o juiz restringiu a entrada dele na sala de audiências por considerar a vestimenta incompatível

com a dignidade do Poder Judiciário.

O caso aconteceu em 2007. Na época, a sessão foi adiada por 20 dias, e ocorreu em 10 de abril, data em que foi feito o acordo trabalhista.

A decisão é da 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e considerou que houve humilhação e adiamento da audiência por motivo banal.

MP. Justiça suspende contrato de coleta de lixo em Foz do Iguaçu

A Justiça de Foz do Iguaçu determinou ontem a nulidade do atual contrato de coleta de lixo e limpeza do município. Segundo a ação civil pública do MP-PR (Ministério Público do Paraná), em 2001 a Prefeitura de assinou um contrato, que poderia ser prorrogado por 60 meses. Em 2006, no entanto, o acordo foi prorrogado novamente, o que extrapolou o prazo inicial.

Para justificar a mudança, a Câmara Municipal aprovou, em 2011, uma lei permitindo o adiamento por mais 18 meses, mas isso foi considerado inconstitucional pelo MP. Segundo denúncia, as irre-

R\$ 11

milhões teriam sido repassados irregularmente para a empresa entre 2011 e 2012, segundo o Ministério Público.

gularidades geraram um prejuízo de mais de R\$11 milhões ao erário durante o período de outubro de 2011 e abril de 2012.

A Prefeitura de Foz do Iguaçu informou ontem que fará uma contratação emergencial para realizar a coleta pelo período de 90 dias. Depois disso, será aberta uma licitação.

• METRO CURITIBA

Governo promete 100 defensores em breve

Ontem a defensora geral do Estado, Josiane Fruet Lupion, afirmou na Assembleia Legislativa que os novos defensores públicos estão prestes a ser definidos. "Tão logo seja feita a análise de títulos teremos os nomes", disse. Serão 100 servidores.

Traficante Nem é condenado a 20 anos por três crimes

A juíza em exercício na 40ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado (TJRJ), Alessandra de Araújo Bilac Pinto, condenou, na segunda-feira, Antônio Francisco Bonfim Lopes, o Nem da Rocinha, a 20 anos de prisão pelos crimes de tráfico de drogas, associação para o tráfico e lavagem de dinheiro.

A juíza afirmou não ha-

ver dúvidas de que Nem era o responsável por toda a organização criminosa da região. • METRO

"Nada acontecia na comunidade sem a autorização e a ordem de Nem".

ALESSANDRA DE ARAÚJO, MAGISTRADA

03 ABR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Câmara vota hoje criação de TRF no Paraná

O senador Sérgio Souza (PMDB) e o deputado federal André Vargas (PT), vice-presidente da Câmara, informam que a PEC 544/02, que cria o Tribunal Regional Federal (TRF) no Paraná será votada hoje. "Votaremos a PEC dos novos tribunais federais nesta quarta-feira", disse o petista Vargas, que provavelmente comandará a sessão de hoje na Câmara.

Sérgio Souza, coordenador da Frente Parlamentar pela Criação dos TRFs, que se reuniu on-

tem com o ministro Félix Fischer, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), depois do ato público realizado na Câmara, confirmou a decisão política: "Depois de 20 anos, vamos ao voto e vamos vencer essa batalha".

A união de lideranças políticas paranaenses em torno de uma bandeira comum, como essa da criação do TRF, pode sepultar de vez aquela máxima segunda qual os políticos do estado são "autofágicos".

Três mulheres disputam a Procuradoria Geral da República

A disputa pelo cargo de procurador-geral da República tem quatro candidatos, dos quais três são mulheres. Nunca uma mulher foi procuradora-geral da República no Brasil. Os três candidatos mais votados em eleição da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), que acontece no próximo dia 17 de abril - saiba mais sobre a votação -, vão fazer parte de uma lista que será enviada para a presidente Dilma Rousseff. Cabe à presidente definir quem vai ser o sucessor do atual procurador-geral, Roberto Gurgel.

O mandato de Gurgel termina em agosto. Ele ganhou projeção no papel de acusador durante o julgamento do processo do mensalão, no Supremo Tribunal Federal (STF), que terminou

em 25 condenados entre 37 acusados. Gurgel está no cargo desde 2009, quando foi indicado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A presidente Dilma o reconduziu ao cargo em 2011.

Barbosa nega ampliar prazo para recursos

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, negou novo pedido de advogados do mensalão que pretendiam ter mais tempo para a elaboração de recursos contra a condenação de réus. O ministro também negou acesso à

cópia dos votos revisados antes da publicação oficial do resultado. Ele analisou o pleito de 15 bancas de advogados que atuaram no caso, entre eles o ex-ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça), Arnaldo Malheiros Filho, José Luís Oliveira Lima entre outros.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJ-SC disciplina lei que permite julgamento colegiado na primeira instância

03 ABR 2013

O Pleno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina aprovou o processamento e julgamento colegiado, no primeiro grau, de crimes praticados por organizações criminosas. Trata-se da Resolução 3/2013, de 21 de março, que disciplina a aplicação da Lei 12.694/2012.

Na prática, faculta ao juiz que esteja no comando de uma ação considerada de risco proceder à convocação de dois colegas para auxiliá-lo na tomada das decisões, que serão conjuntas e assinadas por todos, sem menção a eventual voto divergente. Assim, a decisão de solicitar a formação de colegiado partirá do próprio juiz responsável pelo processo que tenha por objeto crimes praticados por organizações criminosas, e deverá ser fundamentada com a indicação dos motivos e das circunstâncias que acarretam risco à sua integridade física. O documento será também encaminhado à Corregedoria-

Geral de Justiça.

A composição do grupo estará sob a responsabilidade da Coordenadoria Estadual de Magistrados, por meio de sorteio entre os juízes com atuação na área criminal, na região judiciária da comarca de origem do processo. A atuação dos magistrados sorteados estará limitada ao ato objeto da convocação. A reunião do colegiado pode ser sigilosa, se necessário, ou por via eletrônica, quando integrado por magistrados de domicílios distintos. A regulamentação seguiu modelos já implantados em outros estados e respaldados pelo Supremo Tribunal Federal.

Além dessa medida, está em discussão a criação de unidade distinta para processamento de crimes praticados por organizações criminosas, assunto que deve ser retomado nesta semana pelo pleno. Consulte aqui a resolução sobre a matéria.

Lei que pune crimes cibernéticos entra em vigor

Invadir dispositivos como computador, smartphones e tablets de outra pessoa para obter informações sem autorização passa a ser crime com pena de detenção, de três meses a um ano, além de multa, a lei entrou em vigor ontem. Nesse caso, a pena ainda pode ser agravada se a informação roubada causar algum prejuízo econômico. A Lei 12.737/2012, que tipifica como crime uma série de condutas no ambiente virtual, foi sancionada no fim do ano passado e entra em vigor hoje.

Também está prevista prisão de seis meses a dois anos, além de multa, para quem obtiver dados "de comunicações eletrônicas privadas,

segredos comerciais ou industriais e informações sigilosas". Se o crime for cometido contra autoridades do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário, a pena aumenta de um a dois terços.

A Lei 12.737/12 aumenta a pena se houver divulgação, comercialização ou transmissão a terceiros dos dados obtidos ilegalmente. A lei também criminaliza a interrupção intencional do serviço de internet, normalmente cometida por hackers. Nesse caso, a pena pode variar de um a três anos de detenção, além de multa.

Outra norma que entra em vigor nesta terça-feira é a Lei 84/99, que pune quem usar dados de cartão

de crédito na internet, sem autorização do proprietário. A fraude, que passa a ser equiparada à de falsificação de documento, tem pena prevista de um a cinco anos de prisão. A exemplo do que já ocorre em meios de comunicação impressos, rádio e TV, o texto estabelece a retirada imediata de mensagens racistas postadas na internet.

A lei altera ainda o Código Penal Militar e criminaliza a entrega de dados eletrônicos a um "inimigo" do país. A criação de delegacias especializadas em crimes cibernéticos no âmbito das polícias Civil e Federal também foi incluída na lei, mas depende de regulamentação

03 ABR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Divulgação de fato verídico não enseja indenização

A divulgação de fato verdadeiro, se destituída abusos, nada mais é do que o exercício regular do direito constitucional de informar, assegurado no artigo 220 da Constituição. Logo, se não há ilícito, não se pode falar em reparação moral. Sob a prevalência deste entendimento, a 10ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul negou indenização a uma bibliotecária que vendia monografias, que cobrou indenização da RBS TV, a Zero Hora e o Jornal Gazeta.

Com a divulgação do caso pela imprensa, ela perdeu o emprego e ajuizou ação indenizatória contra os veículos de comunicação. Os desembargadores confirmaram sentença de primeiro grau, proferida pela juíza Rosane Ben da Costa, da Comarca de Torres, por entender os réus limitaram-se a divulgar notícia verídica e de interesse público, sem nenhum excesso “Aliás, não há sequer como negar os fatos, bastando que se assista o áudio para se verificar que a autora efetivamente negociou com o repórter um trabalho de conclusão de curso pelo valor de R\$ 800”, reforçou o relator do caso na corte gaúcha, desembargador Paulo Roberto Lesa Franz. O acórdão foi lavrado dia 29 de novembro.

CASO

Reportagem veiculada no programa Teledomingo, da RBS TV, denunciou que a autora — que trabalhava na Biblioteca da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), no campus de Torres — vendia trabalhos de conclusão de cursos de ensino superior.

Depois que a matéria do repórter Giovani Grizotti ganhou repercussão, ela disse em juízo que sofreu humilhações e agressões verbais, além de ter sido demitida por justa causa da Ulbra. Pediu indenização no valor mínimo de R\$ 100 mil.

A juíza Rosane da Costa considerou que as reportagens se basearam na gravação em áudio e vídeo de uma conversa mantida entre a autora e o jornalista.

Definidos os serviços do SUS para as vítimas de violência sexual

Portaria do Ministério da Saúde publicada ontem no Diário Oficial da União define regras para a habilitação e o funcionamento dos Serviços de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com a publicação, as ações em saúde serão organizadas da seguinte forma: Serviço de Atenção Integral para Mulheres em Situação de Violência Sexual; Serviço de Atenção à Interrupção de Gravidez nos Casos Previstos em Lei; Serviços de Atenção Integral à Saúde de Crianças; e Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Situação de Violência Sexual; Serviço de Atenção Integral para Homens em Situação de Violência Sexual; e Serviço de Atenção Integral para Pessoas Idosas em Situação de Violência Sexual.

A portaria prevê que compete a hospitais em geral, prestar serviços como acolhimento; atendimento clínico; atendimento psicológico; dispensação e administração de medicamentos e referência para coleta de vestígios de violência sexual.

“Os estabelecimentos que compõem o Serviço de Atenção Integral à Saúde de Pessoas em Situação de Violência Sexual constituem portas de entrada do SUS e funcionarão em regime integral, 24 horas por dia, e sem interrupção da continuidade entre os turnos, sendo de competência do gestor local de saúde a regulação do acesso aos leitos em casos de internação”, informou o ministério.

03 ABR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juros de mora devem incidir somente a partir da citação na fase executiva

A mora verifica-se com a citação do devedor, durante fase de liquidação de sentença, e não a partir de sua citação na ação civil pública. Com esse entendimento, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça manteve decisão monocrática do ministro Luis Felipe Salomão em recurso no qual o Banco do Brasil e correntistas discutem o termo inicial dos juros de mora.

No caso, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) ajuizou ação civil pública contra o Banco do Brasil pleiteando diferenças de correção monetária em caderneta de poupança, entre o va-

lor pago (22,97%) e o efetivamente devido (42,72%).

A sentença, transitada em julgado em outubro de 2009, determinou o pagamento das diferenças a todos os poupadores do país. Os parâmetros de atualização monetária das diferenças expurgadas foram os índices oficiais da caderneta de poupança com incidência dos juros remuneratórios de 0,5% ao mês e juros de mora a partir da citação.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal, ao julgar recurso do Banco do Brasil, confirmou a sentença. "A subsequente liquidação individual do crédito reconhecido tem o condão de

adequar o julgado às situações individuais específicas dos alcançados pelo decidido, não intercedendo no momento em que a mora restara aperfeiçoada na forma legalmente estabelecida", afirmou o TJ-DF.

Em recurso especial, a instituição bancária sustentou que os juros de mora deveriam incidir somente a partir da citação do devedor na fase executiva. O ministro Luis Felipe Salomão, relator do processo, afirmou que, em se tratando de obrigação líquida e com vencimento também previamente apurado, os juros de mora incidem a partir do vencimento.

TRIBUNA DO PARANÁ

Quatro denunciados no caso Kiss

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul anunciou que denuncia formalmente quatro pessoas por homicídio com dolo eventual no caso da tragédia da boate Kiss, em Santa Maria. São elas: Marcelo de Jesus dos Santos, vocalista da banda Gurizada Fandangueira, Luciano Augusto Bonilha Leão, produtor do grupo musical,

Elisandro Callegaro Spohr e Mauro Londero Hoffman, ambos donos da boate Kiss.

Em janeiro, o fogo provocado por uma faísca liberada por artefato pirotécnico durante show da banda Gurizada Fandangueira, em contato com a espuma do revestimento acústico da boate, liberou gases tóxicos que asfixiaram as vítimas, segundo inquérito concluído pela Polícia Civil do Estado.

Os qualificadores do homicídio, segundo o promotor Joel Dutra, são uso de meio cruel (asfixia) e motivo torpe (arrecação). A promotoria argumenta que os donos e os integrantes da banda Gurizada Fandangueira agora denunciados abriram mão de medidas de segurança visando maior lucro.

Também foram denunciadas outras quatro pessoas, mas por crimes praticados durante a investigação.

Condenado

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou ontem a primeira condenação definitiva do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, de 84 anos. No processo, que começou em 2000, foi condenado pelo crime de lavagem de dinheiro a 9 anos de prisão, além de multa estimada em R\$ 600 mil. Somente com a condenação definitiva, a Justiça pode cobrar as multas estipuladas.

03 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

CAXIMBA

Justiça proíbe extração de argila

O Juízo da 2ª Vara Cível de Curitiba determinou a paralisação imediata da extração mineral por parte da Cerâmica Gai Ltda., localizada na região da Caximba, na Capital. A liminar foi deferida a partir de ação civil pública ajuizada pelo promotor de Justiça Sérgio Luiz Cordoni, da Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente de Curitiba, contra Cerâmica Gai Ltda e José Arlindo Gai.

A ação teve como base denúncia da Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária (Amar). A Associação relatou à Promotoria que a empresa teria sido responsável por “grave devastação ambiental” em área localizada no bairro Campo de Santana, onde houve movimentação de grande volume de solo e supressão de mata nativa por corte, fogo e soterramento.

Conforme a denúncia, árvores da espécie Araucária angustifolia (ameaçada de extinção), estavam morrendo em razão da movimentação do solo e que a erosão e o assoreamento eram intensos nas áreas laterais do aterro, região onde a cerâmica promove a extração de argila, para fabricação de tijolos e telhas. O juiz fixou multa de R\$ 30 mil em caso de descumprimento.

De acordo com relatório de vistoria, “não foi constatada a implantação de qualquer medida de recuperação de área degradada”, apesar da empresa ter firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no ano passado.

03 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

TRF do Paraná volta à pauta hoje

A Câmara Federal vota hoje, em segundo turno, Proposta de Emenda Constitucional que prevê a criação do Tribunal Regional Federal do Paraná. A PEC já foi aprovada em primeiro turno, e deve também ser votada ainda pelo plenário do Senado, antes de ir à sanção da presidente Dilma Rousseff.

A inclusão da matéria na pauta de hoje foi garantida pelo deputado federal paranaense André Vargas (PT), que é vice-presidente da Câmara, em reunião com parlamentares e magistrados da Associação dos Juizes Federais do Brasil. Vargas afirmou que há um momento político de acordos e entendimentos para que seja aprovada a questão dos desmembramentos das regiões da Justiça Federal.

O Paraná será um dos estados que ganhará porque terá independência jurídica do Rio Grande do Sul, hoje sede da 4ª Região que atende também Santa Catarina. Com o desmembramento dos Tribunais Federais, o Paraná terá uma das sedes. Sendo aprovada a PEC nesta quarta-feira na Câmara, a próxima tramitação será no Senado, que agirá como revisor. Em seguida, haverá uma sessão do Congresso Nacional para a promulgação da Emenda a Constituição. Vargas deve conduzir a votação como presidente em exercício da Câmara, uma vez que o deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN) está licenciado.

Na audiência de ontem, o vice-presidente da AJUFE, o juiz Ivanir César Ireno Júnior aproveitou para desabafar

contra o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, que sinalizou ser contrário aos desmembramentos. “É uma questão pessoal do ministro”, afirmou Ireno.

Atualmente, as ações que envolvem a União ou questões constitucionais, depois de passarem pela primeira instância, são encaminhadas para o TRF da 4ª região, em Porto Alegre. Além dos processos do Rio Grande do Sul e do Paraná, o TRF também recebe as demandas procedentes de Santa Catarina.

Com a criação do novo Tribunal, haverá uma redistribuição das ações em segunda instância. O TRF do Paraná passa a ser responsável pelos processos de Santa Catarina e também do Mato Grosso do Sul. Entre os argumentos que justificam a instalação do TRF no Paraná, está o grande número de processos do Paraná que transitam no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, jurisdição à qual os paranaenses. Segundo a OAB/PR desde 1988, a estrutura da segunda instância da Justiça Federal não se altera e os dados mostram que os cinco únicos tribunais criados há 25 anos não têm mais capacidade para a demanda crescente.

03 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

STF volta a negar mais prazo para recurso

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, rejeitou ontem pedido feito por um grupo de 15 advogados de condenados no julgamento do mensalão para que fosse dado mais prazo para apresentação de recursos. Como consequência da decisão, eles terão apenas 5 dias para questionar a decisão tomada em dezembro pelo STF condenando 25 réus.

O pedido recusado por Barbosa era assinado por advogados de renome, como o ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, que defende ex-dirigentes do Banco Rural condenados no julgamento do mensalão. Também assinava a petição o advogado José Luís Oliveira Lima, que representa o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu.

O presidente do STF já tinha negado um pedido semelhante, feito pela defesa do empresário Ramon Hollerbach. Os advogados de Hollerbach recorreram da decisão e pediram que o assunto seja apreciado pelo plenário do Supremo.

O STF ainda não publicou oficialmente a decisão sobre o processo do mensalão, que demorou quatro meses e meio para ser tomada. Com isso, descumpriu o prazo de publicação, vencido na segunda-feira. Depois da publicação, os advogados dos condenados terão um prazo de 5 dias para apresentar os recursos

Com o atraso, dificilmente os culpados iniciarão o cumprimento das penas neste ano. Entre os condenados estão José Dirceu e os deputados federais petistas José Genoino e João Paulo Cunha.

Prescrição - Barbosa criticou ontem o sistema brasileiro e disse que permitir a prescrição de crimes durante a tramitação das ações é um indicativo de que o objetivo é não punir. "Prescrever ao longo da tramitação (do processo) é indicação de um sistema que não quer punir", disse Joaquim Barbosa, que também é presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).